

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

PROJETO DE ROBOTIZAÇÃO E AUTOMAÇÃO 2019

Projeto submetido à Presidência do Eg.Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pelo Comitê para condução de estudos para aprimoramento do uso da robotização das atividades judiciais, criado por meio da Portaria n 9.741/2019

ANA MARIA BRUGIN
ANA RITA DE FIGUEIREDO NERY
ROBERIO PINTO SOUZA
ANA FABIOLA PERON
FRANCISCO ANTONIO CAVALCANTI LIMA
FABIO ALVES DO COUTO SILVA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. OBJETIVO.....	3
2. BENEFÍCIOS ESPERADOS.....	4
3. METODOLOGIA.....	5
3.1 Tecnologia de suporte para expansão	6
3.1.1 Cenário atual.....	6
3.1.2 Pontos fortes e pontos fracos das tecnologias utilizadas	7
3.1.3 Alternativas para minimizar os pontos fracos identificados	7
3.2 Critérios para a definição dos locais que seriam atendidos no próximo ciclo de automação (competência e unidades judiciais).....	8
3.3. Estratégia para desenvolvimento dos robôs	11
3.3.1 Processos Eletrônicos	12
3.3.2 Processos Físicos	12
4. PADRONIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EXECUÇÕES FISCAIS MUNICIPAIS	13
4.1 Fluxo Citação Negativa	14
4.2 Fluxo Citação Positiva.....	16
4.3 Padronização no peticionamento	16
5. CRONOGRAMA	20
ANEXO	

INTRODUÇÃO

A robotização representa a utilização de softwares que automatizam tarefas repetitivas que consomem muito tempo quando realizadas por humanos. Proporciona resultados transformadores para negócios de diversos seguimentos e é identificada como vetor de aprimoramento das atividades judiciais na medida em que proporciona ganhos de produtividade com segurança e economicidade.

A utilização de robôs pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tem como marco a iniciativa pioneira da Vara das Execuções Fiscais Estaduais, sob corregedoria da MM Juíza de Direito Dra. Ana Maria Brugin, operacionalizada pelo escrevente técnico judiciário Francisco Antônio Cavalcanti Lima. Com base nos resultados alcançados, foi criado, no âmbito da Secretaria da Tecnologia da Informação, serviço de sistemas judiciais voltado à automação (STI1), cujo objetivo foi institucionalizar e difundir as boas práticas de robotização, além de favorecer a automação no ambiente do processo digital.

Desde sua criação, diversos projetos foram implantados pelo serviço de sistemas judiciais no âmbito da STI1. A primeira iniciativa, voltada à movimentação das ações de execução fiscal em curso perante as Varas da Fazenda Pública, acumulou cerca de 800mil movimentações processuais, entre correções, movimentações e encerramento de pendências. Desde o início do projeto, mais de 200mil execuções fiscais foram concluídas extintas em Guarulhos.

Nessa esteira, foi criado **Comitê para condução de estudos para aprimoramento do uso da robotização das atividades judiciais**. Para criação do Comitê consideraram-se os custos incorridos na instalação do projeto que se mostram compatíveis com o Orçamento do Tribunal, de forma suportar eventual incremento do investimento. Ademais, considerou-se relevante a identificação de rotinas cartorárias que não requerem conhecimento jurídico apurado. Considerou-se, por fim, a perspectiva de utilização da inteligência artificial como caminho inafastável de todas as áreas da vida cotidiana, não sendo permitido ao Judiciário deixar de considerar esta tecnologia para aprimorar seus serviços.

1. OBJETIVO

Este projeto tem por objetivo propor caminhos de aprimoramento e expansão do uso da robotização em outras unidades judiciais, mediante avaliação das perspectivas de

implementação em rotinas manuais e repetitivas de atividades judiciais, avaliando a possibilidade de implementação da inteligência artificial. Entende-se relevante a existência de um ambiente institucional de caráter estratégico e tático que oriente as operações da equipe de robotização da STI, sempre com o objetivo de promover o maior impacto nos indicadores de produtividade do TJSP e de auxiliar as unidades judiciais com maiores gargalos no fluxo de processamento.

Ao final desse estudo espera-se alcançar os seguintes resultados i) a definição da tecnologia que dará suporte a expansão da robotização; ii) a definição dos locais que serão atendidos no próximo ciclo de automação, bem como a estratégia para desenvolvimento dos robôs; iii) o planejamento para estudo da inteligência artificial como desdobramento da implementação da robotização; iv) a difusão de pilotos de utilização de robôs com auxílio de universidades e centros de tecnologia parceiros; v) implantação de projeto de padronização de documentos execuções fiscais municipais para fins de robotização e automação

2. BENEFÍCIOS ESPERADOS

Estão entre os benefícios esperados com o projeto de desenvolvimento do setor de robotização no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI:

- Aumento de produtividade decorrente da automação de tarefas manuais e repetitivas;
- Redução dos custos operacionais com determinados procedimentos de movimentação de processos;
- Segurança;
- Escalabilidade;
- Redução de falhas humanas inerentes às atividades a manuais e repetitivas;
- Execução de operações em lote;
- Melhor aproveitamento da capacidade produtiva dos servidores;
- Possibilidade de flexibilização para adaptações das rotinas;

Através da robotização atribui-se à tecnologia o desempenho de tarefas repetitivas que, quando desempenhadas manualmente, consomem força de trabalho extremamente qualificada sem a mesma perspectiva de impacto nos indicadores de eficiência do TJSP.

Os ganhos de produtividade não são expressos, portanto, apenas pelos resultados de tarefas desenvolvidas pelos robôs, mas pela liberação de servidores para atividades singulares, de maior esforço cognitivo e com maior impacto na gestão dessas microtarefas.

Por fim, espera-se, a partir do desenvolvimento deste projeto, propiciar troca de experiências com outros Tribunais e com outras instituições que estejam se dedicando à automação de tarefas no ambiente do sistema de justiça.

3. METODOLOGIA

O Comitê para condução de estudos para aprimoramento do uso da robotização das atividades judiciais reuniu-se ao longo das últimas semanas para estabelecer frentes de tratamento da questão da robotização no âmbito do TJSP. No ambiente dessas reuniões foram definidas metodologias próprias para atingimento de cada um dos objetivos do Projeto de robotização.

Primeiro, estabeleceu-se curto cronograma a partir do qual a equipe técnica se debruçou sobre a definição da tecnologia que dará suporte a expansão da robotização nessa primeira fase.

Após, estabeleceram-se critérios para a definição dos locais que seriam atendidos no próximo ciclo de automação, bem como a estratégia para desenvolvimento dos robôs. A esse respeito, foram enfatizados os resultados de diminuição da quantidade de processos em andamento nos cartórios, o auxílio aos cartórios no que tange à baixa dos processos e o aumento da produtividade considerados os critérios do Programa Judiciário Eficiente.

Estabeleceu-se uma frente própria para estudo da inteligência artificial como desdobramento da implementação da robotização.

Por fim, incluiu-se no cronograma uma meta de aproximação para troca de experiência e difusão de pilotos de utilização de robôs com auxílio de universidades e centros de tecnologia parceiros.

3.1 Tecnologia de suporte para expansão

A análise da tecnologia atual e seu potencial para suportar a expansão do projeto foi baseada na identificação dos seguintes riscos envolvidos: i) equipe de desenvolvimento enxuta para atender às demandas de automação, considerando que essa equipe não se dedica exclusivamente às atividades envolvendo robotização; ii) tecnologia atual para desenvolvimento dos robôs pode oferecer riscos na automação em larga escala. Por essa razão, foram iniciadas conversas com profissionais da Microsoft alocados no TJSP a fim de avaliar a tecnologia disponível para suprir eventual existência de gap tecnológico

Para cumprir o objetivo de analisar os riscos envolvidos no uso da robotização em larga escala, o estudo da tecnologia de suporte para expansão foi dividida em três tópicos, a saber: i) cenário atual que inclui os robôs disponibilizados, ii) tecnologias utilizadas, distribuição e equipamentos; iii) pontos fortes e pontos fracos das tecnologias utilizadas atualmente; iv) alternativas para minimizar os pontos fracos identificados.

3.1.1 Cenário atual

Atualmente os robôs são desenvolvidos com base em quatro áreas: interface com o usuário; robôs; biblioteca de controle de telas; biblioteca de análise de conteúdo.

A execução das tarefas relacionadas às ações de automação de telas e o controle da interface com o usuário são tarefas realizadas com a aplicação SikuliX. Toda a análise de conteúdo é feita em código Python e executada pelo interpretador Jython, implementação de Python em Java, embutido no SikuliX.

A área de controle da interface do usuário consta de 07 (sete) módulos que implementam o menu de robôs disponíveis de acordo com o tipo de tarefa.

Os robôs são disponibilizados para os cartórios conforme a necessidade do setor. No total há 50 (cinquenta) robôs que podem ficar disponíveis para os cartórios de acordo com o tipo de tarefa que será automatizada. Para apoio à execução dos robôs há 29 (vinte e nove) módulos de controle de tela e 25 (vinte e cinco) módulos para apoio à extração e análise dos conteúdos das telas e documentos. Isto representa 157 (cento e cinquenta e sete) arquivos com 23.335 (vinte e três mil, trezentos e trinta e cinco) linhas de códigos desenvolvidos pela equipe da STI.

As aplicações utilizadas pelos robôs na automatização são em geral o SAJ, páginas web e planilhas do Excel. Os scripts são instalados junto com a aplicação de execução dos robôs, SikuliX, em cada máquina disponível para execução. A atualização destes scripts é feita de forma automática.

Os equipamentos utilizados na execução dos robôs são máquinas físicas nos cartórios ou máquinas virtuais na STI.

3.1.2 Pontos fortes e pontos fracos das tecnologias utilizadas

Pontos fortes:

1. Flexibilidade para trabalhar com qualquer aplicação ou sistema;
2. Rapidez no desenvolvimento;
3. Fácil manutenção;
4. Fácil distribuição.

Pontos fracos:

1. Desempenho dos robôs por conta da necessidade de acesso à tela de cada um dos processos ou documentos;
2. Necessidade de reescrita de código quando há alterações nas telas dos sistemas;
3. O SikuliX não tem uma implementação completa do Python, dificultando o uso de bibliotecas de aprendizagem de máquina;
4. A implementação do Python no Sikulix, Jython 2.7, é baseada numa versão do Python lançada em 2010 com previsão do encerramento de atualizações de segurança em 2020.

3.1.3 Alternativas para minimizar os pontos fracos identificados

Acerca da dificuldade de desempenho dos robôs por conta da necessidade de acesso à tela de cada um dos processos ou documentos, sugere-se, sempre que possível,

a utilização de metodologias para extração de conteúdos via serviços web como o SAJ-MNI ou o e-Saj. Esta tecnologia está sendo utilizada no sistema de automatização da emissão de Mandados de Levantamento Judicial na 6ª Vara da Fazenda Pública da capital, na etapa da extração de dados do formulário padronizado, com ganho de desempenho em até 10 vezes ao robô de acesso à tela.

Sobre a necessidade de reescrita de código quando há alterações nas telas dos sistemas, estudo realizado pela equipe técnica do TJSP trabalha na análise de ferramentas alternativas através das quais não seja necessário o controle de tela a partir do reconhecimento de imagens.

O fato de o SikuliX não ter implementação completa do Python, dificultando o uso de bibliotecas de aprendizagem de máquina, é analisado conjuntamente com o termo de encerramento das atualizações de segurança da versão de 2010 do Python. A esse respeito, estuda-se retirar da biblioteca de análise de conteúdo feita em código Python do SikuliX e executá-la diretamente no interpretador Python mais atual, com o objetivo de expansão sem impedimentos ou obstáculos de incompatibilidade com o interpretador Python do SikuliX.

Por fim, outras tecnologias seguem em estudo, assim como a criação de um ambiente mais sólido no âmbito da STI para desenvolvimento de software, a disponibilização de ferramentas para controle dos projetos de robotização e tarefas com facilidade na extração de relatórios; ferramentas para controle de versionamento de código, rastreamento de bugs e ferramentas para auxílio na distribuição e atualização dos códigos desenvolvidos. Segue, a esse respeito, quadro resumo das propostas:

Práticas em desenvolvimento	Evolução do desenvolvimento
Versionamento (Git)	Uso de Machine Learning
Controle de Atividades (Kanban/Scrum)	Uso de Serviços Cognitivos
Automação de Build (construção)	Uso de Cloud Computing
Automação de Release (lançamento)	Capacitação à distância
Uso de infraestrutura suportada	Benchmarking com outros usuários

3.2 Critérios para a definição dos locais que seriam atendidos no próximo ciclo de automação (competência e unidades judiciais)

Outro ponto enfrentado pelo Comitê, dentro de uma perspectiva de escalabilidade da robotização no âmbito do TJSP, foi a definição da competência e das unidades judiciais que seriam atendidas pelos robôs no primeiro ciclo de expansão.

Para definição da competência, foram analisados os pilotos realizados ao longo dos últimos meses pelo setor de robotização da STI. Considerou-se, dentre as competências que receberam auxílio de robotização, aquelas com maior impacto quantitativo e qualitativo pela robotização. Ao lado dos resultados observados junto às Varas da Fazenda de Guarulhos, foram analisados os resultados obtidos na programação de uso dos robôs na atividade de cadastramento, junto às Varas de Registros Públicos, na atividade de confecção de MLE junto à 6ª Vara da Fazenda Pública, no tratamento dos arquivos provenientes da integração TRF3-TJSP e no processamento de arquivos PDFs oriundos do piloto de digitalização de três Varas Cíveis no Foro Central.

A despeito do sucesso de todas as experiências do piloto, concluiu-se que o uso de robôs na competência das Execuções Fiscais é mais aderente aos objetivos do projeto. O aumento de produtividade decorrente da automação de tarefas manuais e repetitivas na competência das execuções fiscais é notadamente superior quando comparado a outras competências, cujos fluxos processuais são diversificados e o padrão de peticionamento variável em razão da pluralidade de partes. Nota-se ainda redução dos custos operacionais com determinados procedimentos de movimentação de processos considerada a volumetria de processos por unidade. Nos pilotos junto às unidades de outras competências foram necessários diversos alinhamentos prévios à implantação dos robôs em razão da especificidade de tratamento dos fluxos processuais complexos. Atenta-se ainda para a segurança e previsibilidade do fluxo processual das execuções fiscais, com conseqüente escalabilidade. Redução de falhas humanas inerentes às atividades a manuais e repetitivas, execução de operações em lote, elevado número de processos por servidor foram outros benefícios observados no piloto de Guarulhos.

Segue abaixo quadro resumo das atividades executadas pelos robôs junto às Varas da Fazenda Pública de Guarulhos, notadamente nos processos da competência Execução Fiscal:

TAREFA	TOTAL
Pendências Encerradas:	375.051

Processos movimentados/analizados:		
Processos Analisados (Situação/Petição)		173.209
Processos Corrigidos (Exequente)		98.410
Processos Corrigidos (Endereço do Executado)		66.000
Processos incluídos em pacotes para ROL		205.018
Processos Movimentados (extintos)		237.978
Processos Movimentados (diversos)		1.230
Total de processos movimentados / analizados:		781.845
TOTAL DE ATIVIDADES ENTRE MOVIMENTAÇÕES, ANÁLISE E PENDÊNCIAS ENCERRADAS)		<u>1.156.896</u>

Ultrapassada a análise acerca da competência a ser explorada pelo projeto de robotização de automação, foram identificadas as rotinas a serem objeto de robotização. Foram arroladas as seguintes características elegíveis para robotização:

- Atividades manuais com transações repetitivas e frequentes dentro de determinada competência;
- Atividades com decisões baseadas em regras preestabelecidas;
- Atividades com dados estruturados;
- Atividades que demandam interações com sistemas.

Proposta a competência das execuções fiscais como aquela a ser objeto da primeira expansão das atividades de robotização no âmbito do TJSP e definidas as características das atividades judiciais elegíveis para robotização, buscaram-se informações junto à DEPLAN das 10 unidades judiciais com maior número de execuções fiscais, ressalvada a Comarca de Guarulhos, que já foi objeto do piloto e segue sendo acompanhada pelo setor de robotização e automação da STI.

Ordem	Unidade	Qtde. de processos	Servidores	Relação processos/servidor
1	Ofício das Execuções Fiscais Municipais - Central	1.722.872	45	38.286

2	SEF-Campinas	428.209	12	35.684
3	SAF-Praia Grande	318.767	13	24.521
4	Ofício da Fazenda Pública-Guarujá	277.038	13	21.311
5	SAF-Piracicaba	235.889	18	13.105
6	SAF-Sorocaba	224.275	29	7.734
7	SAF-São Vicente	215.896	19	11.363
8	SAF-Itaquaquecetuba	194.496	8	24.312
9	SAF-Itanhaém	142.600	12	11.883
10	SAF-Santos	139.776	21	6.656

3.3. Estratégia para desenvolvimento dos robôs

Foram definidas como premissas para desenvolvimento dos robôs:

Fluxos mapeados: é imprescindível que os fluxos processuais da competência de execução fiscal estejam desenhados e estabilizados, evitando assim falhas de desenvolvimento.

Atividades padronizadas: o robô precisa de dados estruturados que sejam aderentes ao padrão de execução dos robôs.

Tecnologia: uso de 50 máquinas virtuais para execução dos robôs que devem estar à disposição da STI 1.4.3.

Governança e controles: a governança e o controle da execução do projeto foram estabelecidos a partir de modelos de trabalho, papéis e responsabilidades da equipe de desenvolvimento de robôs responsivos (i) ao fluxo para atendimento de demandas por automação; (ii) à metodologia para desenvolvimento de robôs; (iii) aos indicadores para monitoramento do desempenho das atividades automatizadas; e (iv) ao modelo de sustentação dos robôs entregues.

Ainda como estratégia de desenvolvimento dos robôs, foram mapeadas as atividades prioritárias dentro do fluxo de execução fiscal nos processos eletrônicos e nos processos físicos separadamente. Trata-se de um diagnóstico elementar da unidade voltado à atribuição dos robôs desenvolvidos para a competência das execuções fiscais:

3.3.1 Processos Eletrônicos

Identificar os gargalos, as filas onde há mais processos paralisados e os motivos destas paralisações

- Processos que não deveriam estar na fila -> regularizar movendo para a fila correta;
- Pendentes de atos de citação, intimação ou mandado -> identificar e corrigir eventuais problemas de cadastro e gerar estes atos;
- Pendentes de análise de petição -> fazer a análise, corrigir o cadastro se necessário e indicar o próximo passo do processo;
- Pendentes de emissão de decisão ou sentença -> identificar onde é possível emitir em lote e os modelos usados;
- Processos pendentes de emissão de bloqueio online -> emitir as ordens de bloqueio;
- Processos pendentes de emissão de Mandado de Levantamento de valores -> emitir os MLEs.

3.3.2 Processos Físicos

Efetuar levantamento dos processos não extintos com objetivo de identificar a possibilidade de realizar tarefas em lote e/ou automatizadas considerando os parâmetros abaixo:

- Número CNJ
- Situação do processo
- Outros números / número de ordem
- Assunto
- Valor da ação
- Parte ativa principal
- Parte passiva principal
- Advogado da parte passiva
- Duas últimas movimentações com data, descrição e complemento

➤ Local físico atual

Físicos ou digitais, essa estratégia orienta que a situação dos processos em fase de citação inicial ou com acordo rompido seja alterado para uma das situações abaixo: extinto (pagamento, desistência, cancelamento, prescrição); prazo de acordo; suspenso por execução frustrada.

4. PADRONIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EXECUÇÕES FISCAIS MUNICIPAIS

Relevante premissa para o desenvolvimento da robotização e da automação é a padronização dos documentos que são juntados ao processo. O robô precisa de dados estruturados que tenham um padrão de execução.

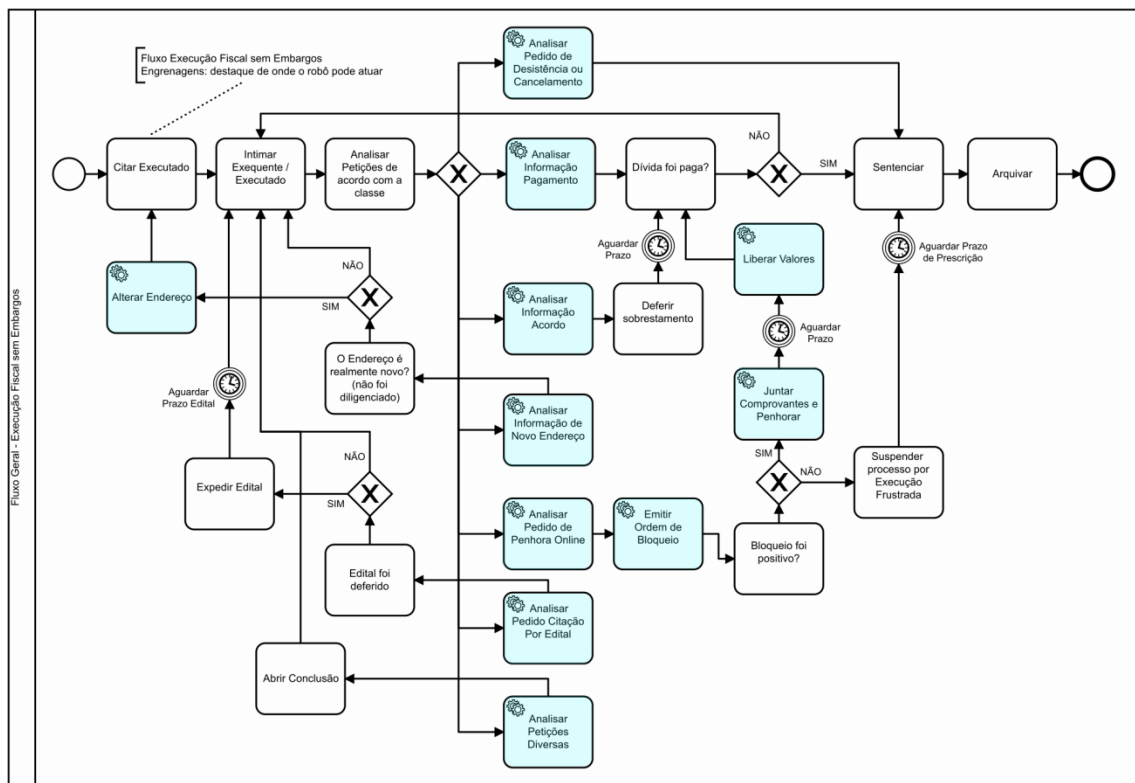
O Tribunal de Justiça tem feito vários esforços no sentido da padronização do fluxo das execuções fiscais. Destaca-se entre estes, o projeto "Execução Fiscal - Novo Fluxo de Trabalho" <<http://www.tjst.jus.br/Download/SPI/Downloads/NovidadesFluxoDeTrabalho.pdf>> da Secretaria da Primeira Instância e validado pela Corregedoria Geral da Justiça, que estabelece as bases do funcionamento das Execuções Fiscais Municipais.

A robotização é mais um destes esforços.

A implantação e aprimoramento do uso da robotização das atividades judiciais, especialmente nas execuções fiscais, demanda a busca da padronização dos pedidos e das decisões para situações repetitivas, o que conseqüentemente resultará em maior celeridade e eficiência.

Assim, uma das frentes do projeto de robotização tem por objetivo dar forma e consolidar as premissas elencadas no estudo realizado pelo Comitê da Robotização mapeando os fluxos de trabalho e definindo atividades padronizadas.

O fluxo geral da execução fiscal foi desenvolvido com o objetivo de demonstrar as tarefas que são passíveis de automação. Este fluxo traz a visão de uma execução fiscal não embargada com suas principais fases, petições juntadas, decisões e sentenças.



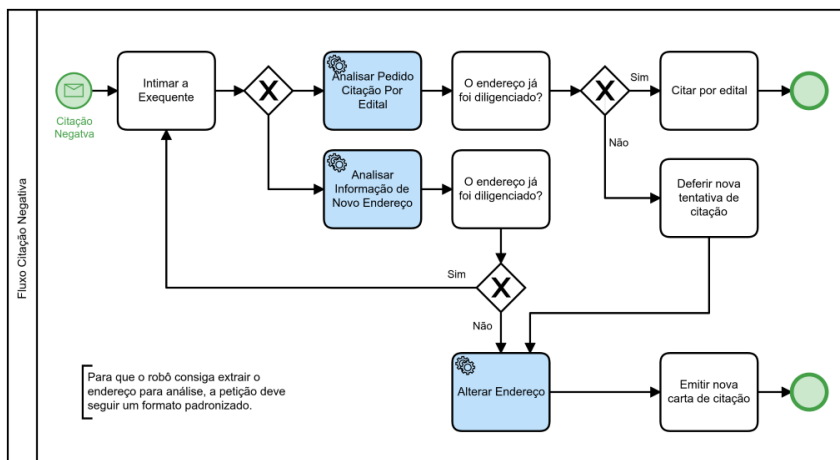
O fluxo destaca os locais onde a robotização pode atuar. Estes locais estão sinalizados com uma engrenagem no canto superior esquerdo.

Como se pode observar, o centro das atividades é a análise das petições juntadas aos autos. Nesta coluna estão presentes as principais classes de petição utilizadas pelas procuradorias nas Execuções Fiscais. O robô traz melhores resultados em suas análises com a utilização de petições padronizadas por parte das procuradorias.

As atividades automatizadas neste fluxo podem ser visualizadas a partir de duas vertentes: citação negativa e citação positiva.

4.1 Fluxo Citação Negativa

Este fluxo parte da juntada nos autos do AR negativo e a intimação da exequirente e demonstra de uma forma sintética as ações que objetivam a citação positiva, por carta ou edital.



A partir da citação negativa, normalmente são usadas duas classes de petição pela procuradoria: pedido de citação por edital ou tentativa de citação em um novo endereço. Nestes dois casos o robô atua lendo o endereço na petição, no processo e nas cartas de citação anterior. O objetivo é identificar se o endereço informado na petição foi ou não diligenciado.

A padronização na forma como o endereço é apresentado na petição possibilita que o próprio robô, quando da identificação de um novo endereço, faça o cadastramento do mesmo sem a necessidade de checagem por um serventuário. O robô atualmente possui a inteligência necessária para fazer a conferência do logradouro no próprio SAJ ou, se necessário, no site dos Correios.

FORMULÁRIO PARA CADASTRO/CONFERÊNCIA DE ENDEREÇO

(01 formulário para cada executado)

Nome Completo*:

CPF/CNPJ:

Logradouro*:

Número*:

Complemento:

Bairro*:

Município*:

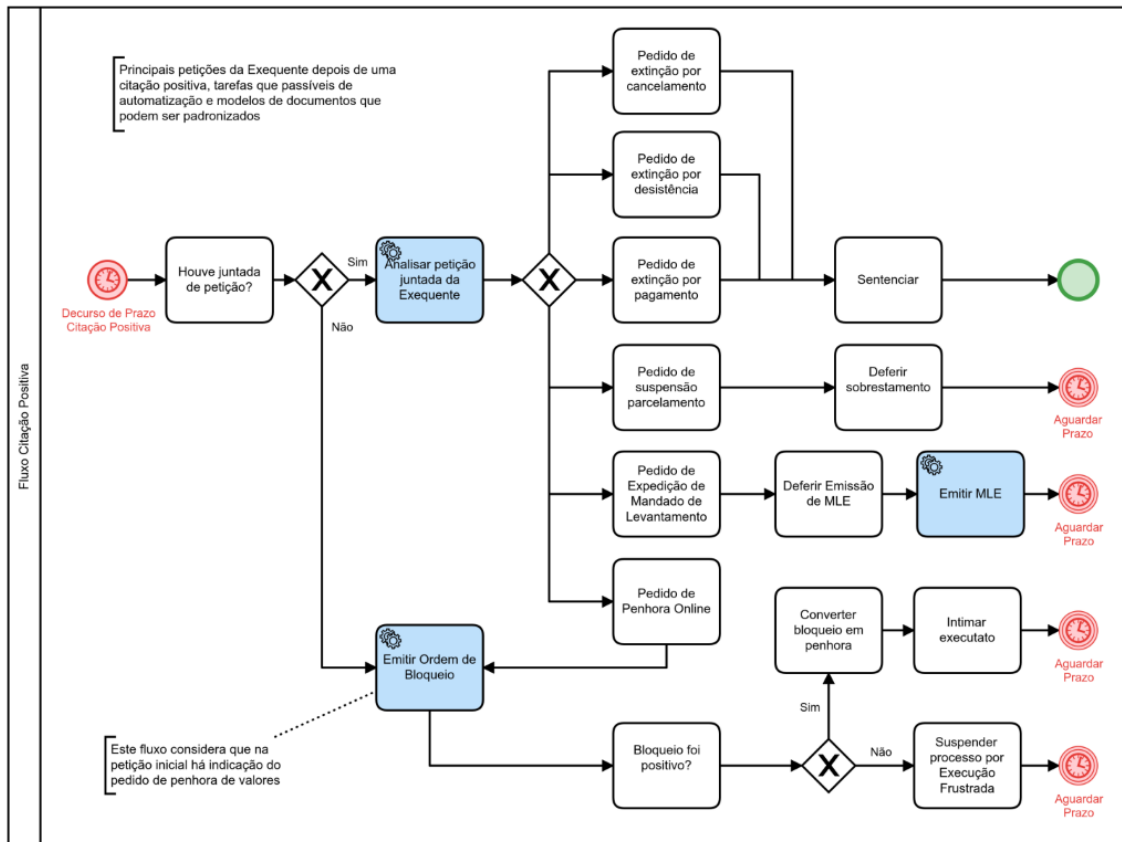
UF*:

CEP*:

OBS.: *Campos obrigatórios

4.2 Fluxo Citação Positiva

O fluxo da citação positiva inicia no decurso de prazo. Considera como premissa que consta na petição inicial pedido de penhora online. Com a citação positiva e sem manifestação de acordo ou pagamento, o processo fica em termos para penhora no sistema BacenJUD.



As principais petições utilizadas a partir deste fluxo são os pedidos de extinção, suspensão e bloqueio de valores.

4.3 Padronização no peticionamento

As petições devem ser claras o suficiente para que não haja dúvidas quanto ao seu teor. Todas as petições e documentos devem ser arquivos PDFs criados a partir de documento de texto e não de imagens.

As petições classificadas de acordo com o projeto "Execução Fiscal - Novo Fluxo de Trabalho" [Trabalho](http://www.tjsp.jus.br/Download/SPI/Downloads/NovidadesFluxoDeTrabalho.pdf) <<http://www.tjsp.jus.br/Download/SPI/Downloads/NovidadesFluxoDeTrabalho.pdf>> são encaminhadas automaticamente pelo sistema para filas específicas do Fluxo de Trabalho do SAJ, facilitando ainda mais sua análise.

Exemplos:

Pedido de Citação por Edital do(s) Executados

A Fazenda Pública Municipal, por seu (sua) Procurador(a), abaixo assinado(a), não tendo apurado outros endereços nos quais pudessem ser realizadas diligências (doc. abaixo), requer a citação do executado por edital.

Formulário constando o endereço para conferência no sistema.

Cópia do extrato da consulta DRF ou JUCESP.

Pedido de Diligência em Novo Endereço

A Fazenda Pública Municipal, por seu Procurador(a), abaixo assinado(a), requer sejam determinadas diligências para a efetivação da citação, no novo endereço do executado/sócio responsabilizado, obtido pela pesquisa junto aos bancos de dados DRF/JUCESP/DETRAN, expedindo-se a competente carta citatória.

Formulário constando o novo endereço para cadastro no sistema.

Pedido de Extinção (ART. 26 da LEF)

Tendo em vista o cancelamento administrativo do débito, A Fazenda Pública Municipal, por seu (sua) Procurador(a), abaixo assinado (a), requer a extinção do feito, com fundamento no artigo 26 da Lei n°. 6.830/80, sem ônus para as partes. Deferida a pretensão, dá-se a Fazenda por ciente, renunciando aos prazos recursais, para que seja,

desde logo, declarado o trânsito em julgado da r. sentença prolatada, para todos os fins legais.

Pedido de Extinção (art. 924, II, do CPC)

Tendo em vista a LIQUIDAÇÃO TOTAL do débito, a Fazenda Pública Municipal, por seu (sua) Procurador(a), abaixo assinado (a), requer a extinção do feito, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Deferida a pretensão, dá-se a Fazenda por ciente, renunciando aos prazos recursais, para que seja, desde logo, declarado o trânsito em julgado da r. sentença prolatada, para todos os fins legais.

Pedido de Extinção (art. 924, III, do CPC)

A Fazenda Pública Municipal, tendo em vista a REMISSÃO DO DÉBITO, requer a EXTINÇÃO DO PROCESSO, nos termos do artigo 924, inciso III, do CPC/2015, DESDE QUE não haja quaisquer ônus para as partes. Deferida a pretensão, dá-se a Fazenda por ciente, renunciando aos prazos recursais, para que seja, desde logo, declarado o trânsito em julgado da r. sentença prolatada, para todos os fins legais.

Pedido de Desistência Art. 485, VIII, do CPC

Considerando que o valor atualizado da presente execução fiscal não ultrapassa **XXXXXXX**, a Fazenda Pública Municipal requer a intimação da parte contrária, caso haja procurador nos autos, para que se manifeste se concorda com a DESISTÊNCIA DA AÇÃO SEM ÔNUS PARA AS PARTES, nos termos do art. **XXXXXXX**. Caso não haja concordância, requer o prosseguimento do feito. Caso haja concordância, requer a EXTINÇÃO DA AÇÃO, nos termos do art. 485, VIII do Código de Processo Civil, sem ônus para as partes, desde que não existam valores depositados nos autos. Deferida a pretensão, dá-se a Fazenda por ciente, renunciando aos prazos recursais, para que seja, desde logo, declarado o trânsito em julgado da r. sentença prolatada, para todos os fins legais.

Pedido de Suspensão Parcelamento

A Fazenda Pública Municipal, por seu (sua) Procurador(a), abaixo assinado(a), informa a esse Douto Juízo que o executado firmou acordo de parcelamento em **XX** mês (meses). Assim sendo, requer/concorda com a suspensão do feito, pelo prazo de **XX** dias, após o qual, mediante intimação, verificará se a avença está sendo cumprida ou se houve rompimento.

Pedido de Expedição de Guia de Levantamento

A Fazenda Pública Municipal, por seu (sua) Procurador(a), abaixo assinado(a), requer seja determinada a expedição de mandado de levantamento do depósito judicial de fls. **XX-XX**, em seu favor.

Pedido de Penhora Online

Considerando que, apesar das providências até aqui tomadas, não foi satisfeito o débito, a Fazenda Pública Municipal requer a constrição de dinheiro que pertença ao DEVEDOR, existente em depósito ou aplicação financeira, pelo sistema online (BACEN-JUD), até o limite do quantum executado, com base nos artigos 835, I e 854 do Código de Processo Civil.

Estes exemplos cobrem as petições mais comuns nos dois fluxos descritos acima: Fluxo da Citação Negativa e o Fluxo da Citação Positiva.

A padronização é fundamental para a definição das escolhas das tarefas que possuem potencial de automatização através do uso de robôs. Isso porque, dependendo da complexidade da tarefa que o robô deve desempenhar e da quantidade de processos que serão analisados, o tempo de desenvolvimento da solução pode se tornar um elemento impeditivo para sua construção. Ademais, uma automatização eficiente depende da extração de regras claras do trabalho a ser executado, bem como dos objetivos a serem alcançados. Um robô tem êxito quando existe um claro padrão de repetição. A padronização tem como objetivo auxiliar estas ferramentas de automatização, dar mais segurança nas análises e um melhor resultado nas tarefas executadas pelos robôs.

5. CRONOGRAMA

Para apresentação do cronograma de entregas, foram consideradas 05 etapas do projeto:

Iniciação: Etapa que tem por objetivo oficializar o início do projeto. Nessa etapa ocorre a definição do escopo preliminar e seu objetivo;

Planejamento: O objetivo dessa etapa é detalhar o que foi definido na etapa de iniciação. O escopo do projeto será detalhado e estudado entre as partes. Os prazos serão estabelecidos e será definida a forma como o trabalho será organizado, bem como a estratégia de comunicação e todos os envolvidos;

Execução: Nessa etapa o projeto é executado dentro do planejamento alinhado entre os envolvidos. No decorrer dessa etapa ocorre a verificação se as entregas estão em sintonia com o escopo e prazo do projeto;

Monitoramento e controle: Na etapa de monitoramento e controle ocorre a análise comparativa entre o resultado da entrega com o escopo e o acompanhamento da execução dos robôs na unidade judicial. Nessa etapa são avaliadas eventuais necessidades de mudanças e gargalos gerados.

Encerramento: A etapa de encerramento tem a finalidade de formalizar a entrega do projeto ou de uma etapa, sendo recomendável a criação de documentos com aceitação do patrocinador do projeto. Nessa etapa é importante assegurar que todo plano do projeto foi cumprido. Para finalizar essa etapa propõe-se um balanço com registro dos erros e acertos. Por fim, propõe-se que a entrega de uma nova unidade judicial ocorrerá quando a unidade anterior iniciar a etapa Monitoramento e Controle.

.....

ANEXO

	Tarefa	Duração (Dias)	Início	Término	% Concluído
1	Execuções Fiscais - Central	212	01/07/2019	29/05/2020	0%
1.1	Iniciação	5	01/07/2019	08/07/2019	0%
1.2	Planejamento	5	10/07/2019	17/07/2019	0%
1.3	Execução	20	18/07/2019	15/08/2019	0%
1.4	Monitoramento e controle	180	16/08/2019	26/05/2020	0%
1.5	Encerramento	2	27/05/2020	29/05/2020	0%
2	SEF - Campinas	122	19/08/2019	09/03/2020	0%
2.1	Iniciação	5	19/08/2019	26/08/2019	0%
2.2	Planejamento	5	27/08/2019	03/09/2019	0%
2.3	Execução	20	04/09/2019	02/10/2019	0%
2.4	Monitoramento e controle	90	03/10/2019	04/03/2020	0%
2.5	Encerramento	2	05/03/2020	09/03/2020	0%
3	SAF - Praia Grande	122	04/10/2019	28/04/2020	0%
3.1	Iniciação	5	04/10/2019	11/10/2019	0%
3.2	Planejamento	5	14/10/2019	21/10/2019	0%
3.3	Execução	20	22/10/2019	22/11/2019	0%
3.4	Monitoramento e controle	90	25/11/2019	23/04/2020	0%
3.5	Encerramento	2	24/04/2020	28/04/2020	0%
4	Fazenda Pública - Guarujá	122	26/11/2019	17/06/2020	0%
4.1	Iniciação	5	26/11/2019	03/12/2019	0%
4.2	Planejamento	5	04/12/2019	11/12/2019	0%
4.3	Execução	20	12/12/2019	28/01/2020	0%
4.4	Monitoramento e controle	90	29/01/2020	12/06/2020	0%
4.5	Encerramento	2	15/06/2020	17/06/2020	0%
5	SAF - Piracicaba	122	30/01/2020	05/08/2020	0%
5.1	Iniciação	5	30/01/2020	06/02/2020	0%
5.2	Planejamento	5	07/02/2020	14/02/2020	0%
5.3	Execução	20	17/02/2020	19/03/2020	0%
5.4	Monitoramento e controle	90	20/03/2020	31/07/2020	0%
5.5	Encerramento	2	03/08/2020	05/08/2020	0%
6	SAF - Sorocaba	122	23/03/2020	23/09/2020	0%
6.1	Iniciação	5	23/03/2020	30/03/2020	0%
6.2	Planejamento	5	31/03/2020	07/04/2020	0%
6.3	Execução	20	08/04/2020	11/05/2020	0%
6.4	Monitoramento e controle	90	12/05/2020	18/09/2020	0%
6.5	Encerramento	2	21/09/2020	23/09/2020	0%
7	SAF - São Vicente	122	13/05/2020	13/11/2020	0%
7.1	Iniciação	5	13/05/2020	20/05/2020	0%
7.2	Planejamento	5	21/05/2020	28/05/2020	0%
7.3	Execução	20	29/05/2020	29/06/2020	0%
7.4	Monitoramento e controle	90	30/06/2020	10/11/2020	0%
7.5	Encerramento	2	11/11/2020	13/11/2020	0%
8	SAF - Itaquaquecetuba	122	01/07/2020	20/01/2021	0%
8.1	Iniciação	5	01/07/2020	08/07/2020	0%
8.2	Planejamento	5	10/07/2020	17/07/2020	0%
8.3	Execução	20	20/07/2020	17/08/2020	0%
8.4	Monitoramento e controle	90	18/08/2020	15/01/2021	0%
8.5	Encerramento	2	18/01/2021	20/01/2021	0%
9	SAF - Itanhaém	122	19/08/2020	09/03/2021	0%
9.1	Iniciação	5	19/08/2020	26/08/2020	0%
9.2	Planejamento	5	27/08/2020	03/09/2020	0%
9.3	Execução	20	04/09/2020	05/10/2020	0%
9.4	Monitoramento e controle	90	06/10/2020	04/03/2021	0%
9.5	Encerramento	2	05/03/2021	09/03/2021	0%
10	SAF - Santos	122	07/10/2020	26/04/2021	0%
10.1	Iniciação	5	07/10/2020	15/10/2020	0%
10.2	Planejamento	5	16/10/2020	23/10/2020	0%
10.3	Execução	20	26/10/2020	26/11/2020	0%
10.4	Monitoramento e controle	90	27/11/2020	21/04/2021	0%
10.5	Encerramento	2	22/04/2021	26/04/2021	0%